

## ARTIGOS

## A UNIVERSIDADE, O INDIVÍDUO E A SOCIEDADE

*João Carlos Lopes Fernandes<sup>55</sup>  
Rodrigo J. Cazonato*

**Resumo:** Este artigo aborda o papel da Universidade frente à produção de conhecimentos e como o processo de civilização e evolução da humanidade determinam os rumos da ciência, sob uma perspectiva embasada no autor Norbert Elias e sua obra “A Sociedade dos Indivíduos”. Ele apresenta o caráter global das instituições de ensino referenciadas aos professores, e a sociedade, na busca da formação de indivíduos críticos e participativos. Analisa os comportamentos, as condutas e anseios, para tentar equalizar a relação indivíduo/universidade frente à produção do conhecimento. O conhecimento deve transformar a sociedade e as relações professor/aluno formando indivíduos que pensem de forma global e que transformem a sociedade. Uma pesquisa exploratória permitiu nortear este artigo e suas conclusões.

**Palavras-chave:** Universidade. Pós-graduação. Produção Científica. Indivíduo. Sociedade.

**Summary:** This article discusses the role of the University as the production of knowledge and how the process of evolution of humanity and civilization determine the directions of science, a perspective grounded in the author Norbert Elias and his book “The Society of Individuals”. He presents the overall character of educational institutions referred to teachers, and society in the pursuit of training individuals critical and participatory. Analyze behaviors conduct and desires, to try to equalize the relationship between individual/university before the production of knowledge. The knowledge must transform society and relations teacher / student forming individuals to think globally and to transform society. Exploratory studies allowed govern this article and its conclusions.

**Keywords:** University. Graduate. Scientific Production. Individual. Society.

## 1. Introdução

Este artigo aborda o ser humano e a sociedade, referenciando seu nível educacional com as produções científicas que foram realizadas no Brasil norteadas pelas instituições públicas e privadas.

Ao analisarmos a sociedade e a sua contextualização através do espaço/tempo, é necessário analisar os processos de integração e diferenciação das mudanças produzidas ao longo do tempo de forma a associar este processo ao estudo do comportamento humano, de sua evolução e de seu desenvolvimento.

Como um órgão vivo, o que chamamos de sociedade constitui-se em estruturas organizacionais que envolvem diversas formas de inter-relacionamentos e entrelaçamentos sociais.

---

<sup>55</sup> Graduado em Ciência da Computação (USCS), mestre em Engenharia da Computação/ IPTESP e doutor em Engenharia Biomédica/UMC.

Podemos citar diversos agrupamentos como a igreja, a família, os clubes sociais, os partidos políticos, entre outros. Para este estudo nos deteremos em um agrupamento específico: a universidade e a produção científica.

A universidade, produto de comportamentos e entrelaçamentos sociais, corresponde à memória de múltiplos e diversos conhecimentos. A produção de conhecimento está intimamente ligada ao processo de civilização e evolução da humanidade. As expectativas, necessidades e objetivos envolvidos determinarão os rumos da ciência. Na universidade cumprem-se rituais e convenções de civilização, marcando presença na vida do indivíduo (estudante universitário) e, ao mesmo tempo, atuando como instituição transformadora da sociedade.

Luiz Eduardo Wanderley, afirma que a universidade não é o único lugar para conhecer a cultura e as várias ciências. O saber deve buscar uma identidade própria e adequá-la ao modelo de sociedade em que está inserida (WANDERLEY, 1988, p. 15).

Para traçarmos um paralelo entre o papel do indivíduo em sociedade e, mais especificamente em uma universidade, frente à produção de conhecimento científico, recorreremos ao sociólogo alemão, Norbert Elias. O autor expõe suas ideias realçando a unidade e não a divisão: a sociedade dos indivíduos.

O principal objetivo consiste em compor um cenário que possibilite avaliarmos, a partir das relações humanas (indivíduo/sociedade), como se dá a produção de conhecimento (acadêmico-científicas) nas universidades. Traremos a tona interações como a comunidade acadêmica e a produção científica; instituições de Ensino Superior, Públicas e Privadas; o papel e a contribuição dos órgãos e entidades envolvidas no processo de produção científica frente aos mecanismos vigentes.

O processo de ensino/aprendizagem e a produção de conhecimento têm reflexos diretos no desenvolvimento e sustentabilidade de uma sociedade. O desenvolvimento científico traz benefícios como a conservação do meio ambiente, os recursos alimentares e energéticos, a saúde, o transporte, os meios de comunicação, o programa espacial, bem como as condições de melhoria da qualidade de vida do ser humano e da sociedade.

## **2. O ser humano em sociedade**

O estudo da relação indivíduo/sociedade implica em conceitos fundamentais de formação, interdependência, equilíbrio das tensões e revolução social. Faz-se necessário analisarmos não só o indivíduo, como também todos os envoltórios sociais em diferentes épocas e contextos, ressaltando a inter-relação entre a história e a sociologia.

Toda a produção humana, desde seu surgimento, configura um processo constante de transformação social, principalmente, do pensamento. Todas as etapas contidas nesta evolução, até os nossos dias, revelam-se de extrema importância e significação no desenrolar deste processo; são peças fundamentais para o conhecimento de si mesmo e para entender as relações com o mundo a nossa volta.

Segundo Norbert Elias, a evolução da sociedade envolve uma evolução biológica, uma evolução social e uma evolução pautada pela história individual de seus agentes. E quanto à relação sociedade e indivíduo questiona: "Que tipo de formação é essa, esta 'sociedade' que compomos em conjunto, que não foi pretendida ou planejada por nenhum de nós, nem tampouco por todos nós juntos?" (NORBERT, 1994, p. 13).

Desde os tempos em que o homem começou a interpretar e classificar o mundo ao seu redor, se agrupando com seus semelhantes e vislumbrando as potencialidades, vantagens e desvantagens no convívio em comunidades, tornou-se latente a necessidade de interação por meio do desenvolvimento da linguagem e, conseqüentemente, da cultura.

Em decorrência das rotinas de trabalho e de sua necessidade de estruturação, o homem, logo na pré-história, começou a praticar a organização e a divisão do trabalho visando aperfeiçoar os processos e os recursos, em prol de criar possibilidades para alcançar determinados objetivos.

O homem, convivendo em sociedade, passa a construir a cultura, os comportamentos, os usos e costumes sociais, conforme a maneira que o conjunto de indivíduos se agrupa e os diversos tipos de associações resultantes destes agrupamentos. Questões como as formas internas de organização, as relações que os sujeitos mantêm entre si e com o sistema e o grau de coesão existente na estrutura social, vêm à tona. O próprio meio (espaço e tempo) em que ocorre esta interação, configura fator determinante para os rumos tomados por determinada sociedade.

Com o amadurecimento do homem surgem questionamentos sobre si mesmo e sua existência, além de perguntas das mais diversas ordens e profundidades. A curiosidade e a necessidade de resolver essas dúvidas e aflições moveram esse homem a recorrer à imaginação e à razão, dando os primeiros passos para tornar possível a constituição do que chamamos hoje de linguagem. A experiência humana passou a indagar "Por quê?" e "Como?", transcendendo a simples relação de presenciar ou transitar entre tudo que o cerca. As perguntas e, principalmente, as respostas a essas perguntas, sendo verdades científicas ou não, vêm conduzindo o nosso progresso.

Com o emprego e desenvolvimento de uma linguagem foi possível produzir e reter conhecimento. Para tanto, fez-se necessário o estabelecimento de alguns preceitos como o uso dos sentidos, a capacidade de observação, a capacidade de raciocínio e, dentre tantos outros, a intimidade

com a linguagem empregada no objeto analisado. Neste caso, por objeto devemos entender qualquer ser, entidade, fenômeno, objeto, enfim, o que se está observando, ou, o objeto de estudo.

O processo de conhecer, ou a produção de conhecimento, envolve a relação entre o sujeito que faz uma análise sobre um determinado objeto de estudo e o próprio objeto. Devemos nos ater aqui aos graus de conhecimento. Dentre essa escala de graus, nos extremos, nos deparamos com a informação superficial, com bases imprecisas e mal fundamentadas e, em contrapartida, temos o conhecimento pleno, um conjunto de informações rigorosamente coletadas e analisadas. Este último, aliado à prática, constitui um dos principais componentes da Cultura.

Com o avançar desta evolução, ficava cada vez mais latente a necessidade de entender e explicar os mais diversos fenômenos, muitas vezes indecifráveis para a época e o contexto em que se dá o questionamento, seja por falta de conhecimento, seja por falta de tecnologia. A ausência de recursos e ferramentas fez com que o homem procurasse dar a sua própria explicação aos questionamentos.

Em um momento posterior, a explicação inicialmente formulada não é mais suficiente, passando a gerar indagações sobre a origem, o sentido e a realidade de suas crenças, desencadeando, aos poucos, a atitude e o senso críticos.

A sociedade veio, gradativamente, substituindo a improvisação pela ciência e métodos científicos. Constatamos, a partir daí, a necessidade de organizar a produção do conhecimento e suas ferramentas de forma racional, certificando-se de que o método atenda a um propósito de ensino/aprendizagem. Com estes esforços em pauta, ainda na antiguidade, instituiu-se o conceito de universidade.

### **3. Produção científica: a Universidade e as relações humanas**

As universidades, ou instituições de Ensino Superior (IES), têm sido o principal local onde os cientistas desenvolvem o conhecimento e o domínio do entendimento humano sobre o mundo ao nosso redor. Por sua competência em revelar conhecimento fundamental, estas instituições estão aptas a dar sentido ao uso do conhecimento, transformando a sociedade.

As IES como instituição atuante na sociedade estão sujeitas a uma rede de ligações que não ocorrem ao acaso, é o produto de estratégias instauradoras e mantenedoras das instituições dentro de suas relativas posições e manifestações de poder que se fazem presentes em todo e qualquer processo social. Analisando sob a perspectiva de Norbert Elias, é preciso ter em mente os padrões de

comportamento, estruturas e processos sociais envolvidos, bem como as relações entre os diferentes estratos funcionais que coexistem nas instituições.

A atividade da produção de conhecimento associada à prática educacional deve produzir lideranças intelectuais, estimulando os estudantes a aprenderem e, por meio do método científico, entenderem o mundo para, então, modificá-lo.

A pesquisa acadêmica nas IES conta com uma margem para desenvolver projetos mais elaborados, ligados aos fundamentos das ciências, repercutindo sobre o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade. As relações de poder se tornam claras uma vez que quem detém o conhecimento se impõe, podendo utilizá-lo tanto para fins acadêmicos ou não, que podem ser questionáveis.

Para assegurar a vitalidade destas instituições é preciso intensificar a liberdade acadêmica e a autonomia. É preciso deixar claro que a produção científica atende a objetivos diversos, desde o apoio às empresas, garantindo o crescimento da economia do país, até a função de auxiliar a humanidade, por meio de políticas que visem uma sociedade mais saudável e igualitária em seus entrelaçamentos.

Acima de qualquer objetivo, e independente de resolver os problemas inerentes às sociedades, as IES têm como função primordial a educação de pessoas para trabalhar com o conhecimento, produzindo contribuições quanto à solução ou redução desses problemas. É preciso recuperar a convicção de que sua missão singular e fundamental é fazer avançar o conhecimento e educar estudantes, adotando valores acadêmicos em suas decisões.

### **3.1. Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas**

Em primeiro lugar faz-se necessário dirimir a dúvida referente aos conceitos ligados à universidade e faculdade, ambas as instituições de Ensino Superior.

A universidade é uma instituição de ensino e pesquisa constituída por um conjunto de faculdades e escolas atuantes nas principais áreas do saber humanístico, tecnológico e artístico. Quanto à faculdade, podemos dizer que consiste em uma instituição de ensino superior, isolada ou integrante de uma universidade.

Com relação ao Brasil, nossa legislação define universidade como aquela instituição que, além de ensino, apresenta pesquisa e extensão. O maior número de faculdades (93,1%) e de centros

universitários (96%) pertence ao setor privado, enquanto a distribuição das universidades segundo o CAPES segue uma proporção aproximada entre setor público (53%) e o privado (47%)<sup>56</sup>.

As IES como instituição social também apresentam suas tensões, principalmente no que concerne ao contexto: públicas versus privadas. Atualmente podemos detectar um preconceito na suposição de que apenas as IES públicas apresentam um alto nível de qualidade em suas atividades, enquanto as privadas ficam com a mercantilização do ensino. Esta relação tem reflexo direto nas exigências do mercado de trabalho: as empresas normalmente optam por contratar profissionais formados em instituições públicas. Veremos adiante que essa relação também tem reflexo no processo de produção científica.

A percepção quanto à qualidade das IES públicas e privadas, o número limitado de vagas oferecidas pelas públicas e o fator financeiro que incide na decisão do candidato a uma vaga, uma vez que os gastos incorridos pelos estudantes nas públicas revelam-se inferiores aos das privadas, construiu um modelo de seleção perverso: o vestibular.

Em relação à educação básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), imprescindível ao ingresso dos candidatos às IES, nos deparamos com um grave problema: o preparo dos candidatos. Alunos que estudaram na rede pública de ensino têm menos chances que alunos da rede privada. As relações de poder interferem diretamente neste trâmite uma vez que a classe dominante, com alto poder aquisitivo, pode desfrutar de uma boa formação na educação básica (escolas particulares), enquanto a classe dominada, com baixo poder aquisitivo, se vê sujeita a uma formação deficitária (rede pública). Existe uma grande lacuna entre o que é exigido para se ingressar nas IES e o que é ensinado/aprendido na rede pública de ensino.

A universidade, órgão que deveria privilegiar o livre pensar, adota um modelo de acesso por vezes separatista, segregador e preconceituoso. O próprio sistema de cotas para o ingresso às IES corrobora com este processo. Alguns esforços vêm sendo desprendidos para minimizar este cenário, como por exemplo, o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que, em tese, tende a ser mais justo.

Tanto o SISU (Sistema de Seleção Unificada), quanto o ProUni (Programa Universidade para Todos), instrumentos do MEC que utilizam a nota do ENEM para a classificação e disputa do candidato por uma vaga em IES públicas e privadas respectivamente, mostra-se como um esforço válido, porém inexpressivo frente ao desafio do ensino superior brasileiro.

---

<sup>56</sup> Fonte: Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011/2020 Vol. 1, p. 42.

Segundo Cruz (2010) outro desafio diz respeito à construção de conhecimento nas IES. As instituições privadas no Brasil produzem pouca pesquisa. A maior parte da produção científica do Brasil vem das públicas, sendo que oito delas respondem por 2/3 dos artigos científicos publicados em periódicos internacionais. A saber, são elas: USP, UNICAMP, UFRJ, UNIFESP, UFRGS, UFMG, UNESP e UFSC.

Em 2008 a Universidade de São Paulo, com um corpo docente de 5.420 professores doutores, gerou 26% dos artigos científicos internacionais do País seguida pela Universidade Estadual de Campinas que, com um corpo docente de 1.700 professores publicou, no mesmo ano, 9% da produção científica do Brasil.

A produção de conhecimento estabelece tênues ligações entre as relações de poder e domínio, inclusive regionalmente. Atualmente a comunidade acadêmica do Estado de São Paulo está sendo ultrapassada por uma instituição do Estado do Rio de Janeiro, a UFRJ, que tende a aumentar o quesito produção científica, abalando o prestígio da UNICAMP da região Paulista.

A oferta da educação é muito importante para que possamos acabar com as disparidades regionais e garantir uma educação de qualidade socialmente referenciada como um direito de todos. Neste sentido o Plano Nacional de Educação (PNE) possui metas e estratégias que devem ser objeto de análises pelos diferentes sistemas de ensino, IES e a sociedade.

É importante valorizar os profissionais que atuam na educação superior e permitir a eles uma formação continuada. Nessa direção, destacam-se, entre outros, a consolidação de políticas de estímulo a formação pós-graduada *stricto sensu* (mestrado e doutorado), bem como a concessão de licenças e bolsas, para pesquisa e extensão.

Na titulação docente por categoria administrativa é na educação superior onde pode se evidenciar, entre outros, predomínio de doutores nas instituições públicas (49,9%), em que pese disparidades regionais como as regiões norte (27,1%) e nordeste (37,4%) que apresentam indicadores abaixo da média nacional.

No ensino superior privado há predomínio de titulação de mestrado (43,1%), seguido pela titulação até especialização (41,5%).

Observamos tensões sociais até mesmo dentro de uma única instituição, por exemplo, a USP ao criar seu campus leste pôde experimentar um processo de segregação ao instituir que existe uma supremacia da USP Cidade Universitária frente à USP Leste, pejorativamente chamada pelos próprios alunos da Cidade Universitária de USP *Lost* (do inglês, perdida).

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* em IES privadas representam, segundo dados publicados pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - 20% do

total dos programas. Ao todo temos mais de 27 mil alunos matriculados, representando 17% do total. A CAPES admite não possuir informações destacadas acerca do montante destinado ao fomento à pós-graduação no setor privado, revelando que dos recursos desprendidos a este fim pouco resta para esse setor. Mostra-se deficitário o financiamento público à pesquisa nas instituições privadas, seja diretamente ou por subsídios concedidos.

A própria CAPES em seu Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020, destaca a relevância desse tema para o fortalecimento científico e, conseqüentemente, o crescimento da nação.

(...) a adoção de novas modalidades de crédito subsidiado para estudos de mestrado e doutorado, bem como outras formas de financiamento às instituições universitárias e de pesquisa particulares que mantenham programas de excelência precisam ser considerados com urgência. (CAPES, 2010, p. 280).

As instituições privadas se vêem prejudicadas uma vez que não criam possibilidades de pós-graduação *stricto sensu* por não encontrarem uma forma de financiá-los, o que implica em não receberem recursos para pesquisa, criando um círculo vicioso.

A CAPES possui desde 2002 o “Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares” (PROSUP). O programa prevê bolsas de manutenção, pagamento de taxas escolares incidentes e auxílio-tese, no entanto os recursos destinados não se mostram atrativos e suficientes às IES privadas, uma vez que o montante não assegura a retenção de docentes doutores em dedicação exclusiva, o que incorreria em gastos superiores.

As universidades federais brasileiras também se defrontam com expressivas barreiras. O desafio fundamental hoje é o da titulação de seu corpo docente. Pouco mais da metade dos docentes possuem o título de Doutor, o que impacta diretamente na produção de material científico, contribuindo pouco para a liderança mundial em pesquisa.

Segundo Baeninger (2010), em 2008, existiam 132 mil doutores no Brasil, correspondente a 0,07% da nossa população. Para alcançar as proporções dos países desenvolvidos seria necessário, no mínimo, multiplicar esse número por cinco vezes. O aumento desejável da formação de doutores teria que ser sustentado pela maior oferta de bolsas, para atrair pesquisadores a ingressar na pós-graduação e garantir a sua titulação.

Em 2008 existiam 321.493 funções docentes no ensino superior. O percentual de doutores, em relação ao total de funções docentes no ensino superior brasileiro, subiu de 23% no ano de 2007 para 24% em 2008 (77.164 doutores docentes). A maior proporção de funções docentes com nível



de doutorado (36,8%) está presente nas universidades. Mais de 50% do total de docentes vinculados à pós-graduação no país estão em apenas três estados: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais<sup>57</sup>.

As IES privadas apresentam menos vocação acadêmica e maior proximidade com o mercado e com o setor produtivo. Hoje a ciência e a produção de conhecimento se veem imersa em um turbilhão de mudanças, fruto do avanço tecnológico e da globalização, assumindo configurações cada vez mais multi e interdisciplinares, o que demandará uma maior aproximação do setor acadêmico com o setor tecnológico/produtivo.

A pós-graduação de qualidade requer tempo para a instituição amadurecer, infraestrutura laboratorial complexa e de alto custo e número expressivo de pesquisadores produtivos. Com a inserção significativa das IES privadas na produção científica do País obteremos mais avanços na relação da ciência com a sociedade e, por meio de políticas públicas, propiciar parcerias entre as IES e os setores público e privado.

Tanto na esfera privada quanto na pública é preciso desenvolver o sistema de ensino superior e a pesquisa para aumentarmos, em quantidade e qualidade, a capacidade nacional de criação de ciência, tecnologia e formação de recursos humanos.

#### 4. A produção científica no Brasil hoje

O Brasil, como uma potência econômica em expansão, vem aumentando significativamente o volume da sua produção científica e, para isso, tem incorrido em grandes investimentos e esforços entre os mecanismos vigentes e as relações existentes entre os órgãos e as instituições envolvidas.

Estamos vivenciando um progressivo crescimento das instituições de Ensino Superior, com a criação de diferentes modelos, oferecendo cursos dos mais variados e ajustados aos mecanismos de mercado. Todo este cenário tem impactado diretamente na produção científica do País, seja no meio acadêmico, empresarial ou no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Hoje somos considerados o 13º lugar (ISI - *Information Sciences Institute*) no ranking dos países com maior volume de produção científica do mundo ou 14º lugar se observarmos a base de dados da SCOPUS.

Em relação ao BRIC (conjunto de nações emergentes que congrega Brasil, Rússia, Índia e China) o Instituto Thomson Reuters publicou uma pesquisa, em 2008, revelando que a produção científica brasileira ultrapassou a da Rússia, antiga potência na área, caminha para superar também a

---

<sup>57</sup> Fonte: Estatísticas da CAPES/MEC, IBGE.

da Índia e se consolidar como a 2ª maior do grupo. Quanto à China, a maior do grupo, se for mantida a sua atual expansão na produção científica, até o ano de 2020 o país ultrapassará os Estados Unidos e se tornará líder mundial.

Para fomentar o processo de produção científica no País contamos com órgãos federais, como a já citada CAPES, órgãos estaduais, como as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs) e órgãos privados.

Devemos destacar que o País conta com institutos de pesquisa, que prestam contribuição relevante aos avanços do conhecimento, tais como: INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia; INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e a Fundação Oswaldo Cruz, voltada para pesquisas na área da saúde.

A CAPES, dentre outras ações, propõe a adoção de uma agenda nacional de pesquisa, mobilizando a comunidade científica para, num médio prazo, elevar a nossa produção científica a níveis de excelência.

Graças ao Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG), com o suporte da CAPES e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), R\$ 2,4 milhões são repassados por ano para financiar revistas científicas brasileiras.

Outros subsídios são destinados a editores e sociedades científicas, garantindo suas publicações, além de investimentos para o aumento de concessões de bolsas de estudo. Todo este esforço refletiu em um aumento na ordem de 56%, entre 2007 e 2008, no número de artigos publicados em revistas internacionais especializadas<sup>58</sup>. (THOMSON, 2012).

Segundo divulgação oficial do Governo Federal, estamos vivenciando um crescimento de 8% ao ano na taxa referente à elaboração de material científico, principalmente nas áreas de pesquisas agrícolas e ciências naturais. Nosso crescimento, superior à média mundial (2%), deve-se a anos de estagnação e produções ínfimas no âmbito científico.

Para termos um referencial, em 1981 o país assinava 0,44% de artigos publicados em revistas internacionais especializadas, em 1990 tínhamos apenas 0,6% da produção mundial e de 1990 a 2008, são mais de 29 mil artigos científicos publicados, representando 2,6% do total de 1.136.676 artigos publicados nas principais revistas.

Como a divulgação dos indicadores não se atenta à separação por nível de qualidade do que se tem produzido, observamos uma distorção nesses índices. Na verdade, a produção científica do Brasil, apresenta-se menos expressiva do que é divulgada. Caso a CAPES recorresse a um filtro de

---

<sup>58</sup> Índices produzidos a partir da Thomson Reuters Science Citation Index Expanded - Instituto Thomson Reuters.

qualidade, por meio de critérios mais rígidos, somente uma porcentagem das publicações atuais poderiam ser consideradas como produções científicas. Hoje são consideradas publicações: artigos, resumos, livros, capítulos em livros, e participações em seminários e outros eventos científicos.

Os índices devem refletir a relevância do conhecimento novo, sua importância no contexto social e o impacto da inovação tecnológica no mundo globalizado e competitivo. Mesmo com o considerável aumento nas publicações científicas, ainda esbarramos no baixo impacto mundial que este material causa. A qualidade dessa produção é medida pelo número de citações que um artigo gera após ser publicado. No caso do Brasil continuamos abaixo da média mundial, com uma repercussão pouco expressiva ao observarmos o volume de citações.

Segundo o presidente da CAPES, Jorge Guimarães, em depoimento ao jornal Folha de São Paulo (2009), devemos considerar que a repercussão de um artigo leva mais tempo para ser captada e, dessa forma, ocorrer sua citação. Ressalta ainda a vantagem dos países desenvolvidos por sua tradição no meio acadêmico e pela facilidade que seus pesquisadores desfrutam em relação a participações em congressos internacionais, aumentando a visibilidade das publicações produzidas.

O maior volume de produção científica no Brasil é proveniente de mestrados e doutorados e o número de estudantes nestes segmentos hoje é dez vezes maior do que há 20 anos. Para continuarmos com este crescimento é preciso primeiro aumentar a quantidade de professores qualificados e o número dos docentes em IES. Segundo o Ministério da Educação o País conta com 17 mil novos doutores lecionando nas universidades do País no período entre 2005 e 2010.

## 5. Considerações Finais

As IES, instituição social que reúne ideias, ideologias e pensamentos diversos por um processo de identificação entre os seus agentes, naturalmente, produz associações e se formam grupos. Cada grupo defenderá seus ideais comuns anulando o caráter global da instituição e criando linhas divisórias entre professores, acadêmicos e sociedade; assume uma estrutura política, na qual os diversos interesses se digladiam criando a burocracia e os métodos de controle.

O seu principal objetivo, formar indivíduos críticos e participativos na melhoria das condições sociais, se vê ameaçado por interesses não ligados a educação, como exemplo disputas inerentes ao número de artigos produzidos/publicados, gerando tensões e ansiedades que comprometem o objetivo coletivo, que deve buscar a disseminação do conhecimento.

As atividades, os comportamentos, as condutas, os anseios e as produções realizadas pelos indivíduos, inclusive a produção científica, devem ser consideradas para compreendermos a

configuração social, demonstrando a indivisibilidade entre o indivíduo e a sociedade. Essa configuração não é homogênea e está atrelada às relações de interdependência que produzem fórmulas e modelos ditados pela sociedade.

A esse respeito Elias considera que:

O que nos falta - vamos admiti-lo com franqueza - são modelos conceituais e uma visão global mediante os quais possamos tornar compreensível, no pensamento, aquilo que vivenciamos diariamente na realidade, mediante os quais possamos compreender de que modo um grande número de indivíduos compõem entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados [...] (NORBERT, 1994, p. 16).

Para que seja possível equalizar a relação indivíduo/universidade frente à produção do conhecimento e agregar significativos avanços para a sociedade é preciso pautar-se na interdisciplinaridade e no diálogo entre cientistas dos mais diversos segmentos trabalhando temas comuns. Cada indivíduo traz a metodologia específica de sua matéria e contribui para a estrutura acadêmica, refletindo assim nos cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão.

Quanto ao alicerce, a educação básica na rede pública, constatamos uma realidade crítica e precária. O seu formato não atende às atuais exigências dos modelos impostos por nossa sociedade e como resultante temos tensões sociais, segregação e exclusão.

A produção de conhecimento deve transformar uma sociedade e para tanto se faz necessário revermos as relações professor/aluno e, principalmente, as relações universidade/sociedade, recorrendo a uma perspectiva participativa e integradora. O objetivo central deve ser a formação de indivíduos que pensem de forma global e que transformem a sociedade.

A busca pela diminuição das disparidades regionais começa no oferecimento de uma educação de qualidade socialmente referenciada como um direito de todos os cidadãos. O Plano Nacional de Educação (PNE) é um instrumento importantíssimo para nortear as IES e a sociedade.

## 6. Referências Bibliográficas

BAENINGER, Rosana. A população de mestres e doutores no Brasil, cap. 4. In: *Doutores 2010: estudo da demografia da base técnico-científica brasileira*. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2010.

CAPES, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Relatório de Gestão do exercício de 2011*; - Plano Nacional de Pós-Graduação - PNPG 2011/2020 Vol. 1 e 2. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em 02 jul. 2012.

CRUZ, Carlos Henrique de Brito. Ciência, Tecnologia e Inovação no Brasil: desafios para o período 2011 a 2015. *Revista Interesse Nacional*, São Paulo, junho de 2010. Disponível em <<http://interessenacional.uol.com.br/2010/07/ciencia-tecnologia-e-inovacao-no-brasil-desafios-para-o-periodo-2011-a-2015/>>. Acesso em 29 jun. 2012.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

GOIS, Antônio. Produção científica cresce 56% no Brasil. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 06 de maio de 2009. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ciencia/ult306u561181.shtml>>. Acesso em 29 jun. 2012.

HILU, Luciane; GISI, Maria Lourdes. Produção Científica no Brasil - Um comparativo entre as Universidades Públicas e Privadas. In: *X Congresso Nacional de Educação - EDUCERE, 2011, Curitiba. I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação*, Curitiba: PUCPR, novembro de 2011. Disponível em <[http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5221\\_3061.pdf](http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/5221_3061.pdf)>. Acesso em 04 jul. 2012.

MEC - Ministério da Educação. - LDB - *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em 03 jul. 2012.

PNE. *Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020*. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&gid=7244&Itemid=>](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=7244&Itemid=>)>. Acesso em 04 dez. 2013.

POPPER, Karl Raimund. *Conjecturas e Refutações*. Brasília: Editora da UnB. 1980.

Portal Brasil - Página do governo federal. *Fomento e apoio à produção científica*. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/sobre/ciencia-e-tecnologia/fomento-e-apoio/producao-cientifica>>. Acesso em 05 jul. 2012.

Secretaria de Educação Superior. *Relatório de Auditoria Anual de Contas - Exercício 2010*. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=287&Itemid=354](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=287&Itemid=354)>. Acesso em 05 jul. 2012.

SILVA, Martins Altenfelder Silva. Universidade para os novos tempos. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1º de agosto de 2010. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0108201008.htm>>. Acesso 30 jun. 2012.

SNPG, Sistema Nacional de Pós-Graduação. Disponível em <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/entrada-no-snpg-propostas>>. Acesso 04 jul. 2012.

THOMSON, Reuters Science Citation Index Expanded. *Instituto Thomson Reuters*. Disponível em <<http://ip-science.thomsonreuters.com/mjl/>>. Acesso 04 jun. 2012.

WANDERLEY, Luiz Eduardo Waldemarin. *O que é universidade?* São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.